



# SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

05/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Pente-fino do INSS corta 6 em cada 10 benefícios analisados

Mais da metade dos auxílios-doença que passaram pela perícia do pente-fino do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) foram cortados. Segundo o órgão, até o momento, foram feitas 50.191 avaliações e foram encerrados 29.639 benefícios no país, o que corresponde a 59% do total analisado.

No estado de São Paulo, foram convocados 10.735 titulares de auxílios-doença que não passam por perícia há, pelo menos, seis meses, atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 11.816 convocados. Na sequência aparecem Bahia (6.880) e Rio de Janeiro (6.528).

Estão na lista todos os que não foram localizados pelo INSS e também os que receberam cartas, mas não agendaram a avaliação médica no prazo. Esses segurados terão até o dia 11 de novembro para agendar a perícia, pelo 135 ou pelo Meu INSS.

Quem não agendar o atendimento ou não comparecer na data marcada terá o benefício suspenso até a regularização. Após 60 dias da suspensão, o auxílio poderá ser cortado definitivamente.

O segurado que perder o benefício pode entrar com recurso no Conselho de Recursos da Previdência Social, questionando a decisão. O prazo para fazer o requerimento é de 30 dias, contados a partir do resultado da perícia. O pedido é feito pelo Meu INSS (aplicativo ou site) ou na Central 135. É preciso apresentar documentação médica que comprove o direito ao benefício.

"Porém, a chance de êxito é pequena, porque vão usar a mesma avaliação do médico federal", afirma Diego Cherulli, vice-presidente do IBDP.

Saiba mais em: [agora.folha.uol.com.br](http://agora.folha.uol.com.br), terça-feira 05 de outubro.

## Educação dos mais pobres dispara, mas crise econômica destrói renda

Atingida ao seu final pela pandemia do coronavírus, a pior década de que se tem registro na história econômica brasileira interrompeu longa trajetória de redução da miséria e expôs a armadilha que mantém o Brasil pobre e desigual.

Diante de mais pobreza extrema e fome, especialistas apontam saídas possíveis, que deveriam estar combinadas a um plano duradouro de equilíbrio das contas públicas —base para o crescimento sustentável e o aumento da renda.

Nos últimos dez anos, apesar de um expressivo aumento de 27% nos anos de estudo (de 6,4 para 8,1) da população na metade mais pobre, a renda do trabalho dessa parcela despencou 26,2%.

“É a consequência de um país que não cresce e não cria oportunidades. Embora exista tendência de aumento da escolaridade entre os mais pobres, ela não se refletiu no mercado de trabalho”, afirma Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Mesmo mais educados que a geração anterior, os mais pobres, pais ou filhos de outros pobres, continuam dependentes de recursos de programas sociais ou presos ao mercado de trabalho informal.

Saiba mais em: [Folha de São Paulo](http://Folha de São Paulo), terça-feira 05 de outubro.

## **Produtos mais acessíveis à classe de baixa renda têm reajustes maiores**

Embora outros fatores tenham entrado na lista de pressões sobre a inflação, como energia e gasolina, o campo ainda continua dando uma forte contribuição.

Ao contrário do que ocorre normalmente nos meses de agosto e de setembro, os aumentos médios dos alimentos têm sido recordes nos dois últimos anos neste período.

Em 2021, a alta do grupo alimentação atingiu 3,7% no bimestre, uma taxa não registrada nem na crise de alimentos em 2012. No mesmo bimestre daquele ano, a inflação do setor ficou em 2,84%, conforme dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Os preços das commodities continuam em patamares recordes internamente, e os produtos que iniciaram tendência de baixa, como arroz e milho, ainda se mantêm em níveis elevados, em relação à média histórica.

As causas dos aumentos de preços não são recentes. Demanda externa intensa e real desvalorizado são fortes incentivos às exportações. Com isso, o país traz para dentro a pressão dos preços internacionais dos alimentos.

A população de menor renda tem sido afetada ainda mais do que a de maior poder aquisitivo. Os produtos mais consumidos pela população de menor renda têm tido reajustes com taxas maiores.

Dados desta segunda (4) da Fipe indicam que a carne bovina subiu, em média, 28,7% nos últimos 12 meses terminados em setembro. As carnes mais nobres, como a picanha, tiveram elevação de 20%, enquanto músculo, coxão duro e fígado subiram acima de 32% no mesmo período.

Carne seca, salsicha, farinha de milho e outros produtos mais populares estão com reajustes acima da inflação média dos alimentos do período.

**Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 05 de outubro.**

## **Diretor do Dieese cobra refinanciamento da conta de luz para famílias de baixa renda**

Desde a última sexta-feira (1º), voltou a ser permitido o corte de energia por falta de pagamento no caso dos consumidores de baixa renda. Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que impedia os cortes, editada em março deste ano em função da pandemia, acabou expirando. E ainda não há sinais de nova ação nesse sentido.

O diretor-técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, cobra sensibilidade do governo Bolsonaro, e também do Congresso Nacional, para evitar que as famílias mais pobres fiquem às escuras. Como saídas, ele sugere o perdão das dívidas ou um programa de refinanciamento.

“É importante voltar à normalidade enquanto a pandemia vai sendo controlada. Mas é preciso ter o mínimo de cuidado social com as pessoas que mais precisam num momento tão difícil como esse. Vale lembrar que a inflação atingiu a casa dos 10%, a maior parte das famílias vive em insegurança alimentar”, destacou Fausto, em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual, nesta segunda-feira (4).

“As empresas estão endividadas, as pequenas estão falindo. As famílias com dificuldades em fechar suas contas. Tudo deveria ser feito com mais tranquilidade e negociação, ouvindo o conjunto da população. E, minimamente, construindo saídas, como perdão de dívidas ou refinanciamento, coisas que o governo simplesmente não discute. A única coisa que propõe são reformas que, na verdade, representam retirada de direitos, como estamos vendo agora com a PEC 32 e tantas outras”, disse Fausto.

**Saiba mais em: CNTI, terça-feira 05 de outubro.**